

Saber mais

AS PESCAS SÃO UM SECTOR VITAL PARA A ECONOMIA E O DESENVOLVIMENTO

O mar e os recursos marinhos dão uma contribuição importante para o crescimento e o emprego na União Europeia: o mar é fonte de alimentos (peixe) e de energia (jazidas de petróleo e gás no alto mar).

O sector das pescas da União Europeia é o terceiro maior do mundo. Fornece anualmente cerca de 6,9 milhões de toneladas de peixe. A pesca e a transformação do pescado dão trabalho a mais de 400 000 pessoas.

A prioridade da política da pesca da UE é contribuir para um justo equilíbrio entre a necessidade de garantir a competitividade do sector das pescas e a necessidade de manter recursos haliéuticos e um ecossistema marinho sustentáveis.

No período de 2007-2013, o Fundo Europeu para as Pescas disporá de um montante de 3 850 milhões de euros, que serão consagrados às prioridades definidas por cada Estado-Membro em função das suas próprias necessidades. Esta verba pode ser utilizada para a pesca marítima e interior, para as explorações aquícolas, os sectores da transformação e da comercialização e a diversificação económica das comunidades que vivem da pesca.

E NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO?

Globalmente, a pesca artesanal origina mais de 80% dos postos de trabalho directos e indirectos no sector da pesca. A pesca artesanal também é essencial às actividades de transformação artesanal que abastecem os mercados locais e regionais de peixe. Na África subsariana, por exemplo, as estatísticas da FAO mostram que a pesca artesanal assegura até 80% dos desembarques de peixe destinado ao consumo humano directo. Além disso, no caso da África do Oeste, a pesca artesanal também desempenha um papel importante no aumento da oferta de peixe fresco aos mercados internacionais remuneradores, como a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia.

A cooperação ao nível das pescas é outra estratégia de promover o desenvolvimento sustentável, reduzir a pobreza, assegurar a segurança alimentar e melhorar a saúde e dieta alimentar das populações dos países em desenvolvimento, particularmente das áreas costeiras. Por exemplo, o peixe constitui mais de 50% da fonte de proteína consumidas em pequenas ilhas e zonas costeiras nos países em desenvolvimento. Na Guiné, 40% do total das proteínas consumidas tem origem no peixe e, na Nigéria, essa proporção ronda os 25%, ascendendo para 80% no caso de regiões costeiras.

A pesca artesanal como instrumento privilegiado de luta contra a pobreza é uma relação que se verifica em todos os países ACP costeiros. A pesca artesanal é um sector dinâmico, capaz de inovação, que representa uma escolha privilegiada para responder aos desafios do novo milénio, desde que se lhe prestem a devida atenção e um apoio adequado.

Um destes grandes desafios dos países ACP é a restauração dos ecossistemas fragilizados e das reservas de pesca sobre-exploradas pela pesca intensiva e destrutora

Actualmente, cerca de 75% dos stocks das pescas já é explorado na sua totalidade, sobre-explorado ou encontra-se mesmo esgotado, pelo que mais de 1 milhão de pessoas oriundas de 40 países diferentes corre o risco de perder a sua principal fonte alimentar e de recursos económicos. Neste sentido, a questão de como equilibrar a exploração das pescas e o potencial deste sector na contribuição para a redução da pobreza torna-se uma questão premente. É essencial que os países afectados desenvolvam as suas próprias políticas de pescas, aprendam a gerir mais eficientemente os seus recursos aquáticos e minimizem a pesca ilegal.

PESCAS ARTESANAIS: OS DESAFIOS DA RASTREABILIDADE E DA QUALIDADE. O CASO DO SENEGAL

A pesca artesanal senegalesa representa 12.000 pirogas, 60.000 pescadores e outros tantos empregos indirectos criados nas comunidades de pescadores: mulheres transformadoras, comerciantes e outras actividades conexas. A pesca artesanal senegalesa é também o principal fornecedor de produtos da pesca, tanto para a exportação com destino aos mercados internacionais como para os mercados regionais e locais. Daí a importância crucial que reveste para o nosso sector a melhoria da rastreabilidade e da qualidade, nomeadamente sanitária, dos nossos produtos.

Porque as pescas são um sector vital para a economia e o desenvolvimento da UE e porque a política de desenvolvimento da UE não deve delegar para segundo plano a Coerência das políticas para o desenvolvimento, a UE adoptou uma abordagem de parceria com o compromisso de promover a pesca responsável e sustentável em qualquer parte do mundo onde os navios de pesca europeus operem. Por esse motivo, cada Acordo de Parceria de Pescas é baseado numa avaliação prévia exaustiva.

OS APP INTRODUZIRAM VÁRIOS NOVOS ELEMENTOS EM RELAÇÃO AOS SEUS ANTECESSORES [ACORDOS BILATERAIS], ENTRE OS QUAIS:

- :: a promoção do diálogo político com os países parceiros;
- :: o reforço das avaliações de impacto, do controlo e execução, da gestão efectiva e sustentável das actividades de pesca
- :: a obrigatoriedade de contratação de pescadores locais pelos navios comunitários;
- :: o reforço das possibilidades de pesca que incentivam os navios comunitários a desembarcar as suas capturas para transformação no país parceiro;
- :: um quadro jurídico destinado a assegurar que todas as medidas são consistentes com a sustentabilidade das pescas e a promover a boa governação; e
- :: uma maior flexibilidade na forma como o financiamento comunitário pode ser utilizado para prioridades específicas, por exemplo, actividades de investigação científica

Apesar do desenvolvimento se ter tornado um objectivo mais claro desde as reformas de 2002 e de terem sido introduzidas melhorias, os APP continuam a ser baseados na relação comercial entre vendedor e comprador e continuam incoerentes com a lei internacional e a política de desenvolvimento. As comunidades locais e de pequena escala não têm acesso prioritário, como deveriam ao abrigo do Código de Conduta para Pescas Responsáveis da FAO 1410, e continuam a enfrentar dificuldades em competir com navios da UE subsidiados que sobre-exploram os stocks de peixe disponíveis, apesar do seu potencial para combater a pobreza.

As modalidades de intervenção da União Europeia no sector da pesca ACP deviam consistir em dar a prioridade ao investimento nestas pequenas e médias empresas de pesca artesanal e nos sectores dos serviços e das infra-estruturas (portuárias, acesso aos locais de transformação, utilização de tecnologias apropriadas) para que o sector, nos países ACP, pudesse exprimir todo o seu potencial em matéria de luta contra a pobreza e pela segurança alimentar.

A POLÍTICA COMUM DAS PESCAS INTERVÉM PRINCIPALMENTE NO INTUITO DE:

- estabelecer regras para garantir a **sustentabilidade** da pesca europeia e evitar danos para o ambiente marinho
- dotar as autoridades nacionais das ferramentas necessárias para **aplicar** essas regras e punir os infractores
- monitorizar o **tamanho da frota pesqueira europeia** e prevenir o seu crescimento
- dar **apoio técnico e financeiro** a iniciativas que contribuam para a sustentabilidade do sector
- **negociar em nome dos países da UE** nas organizações internacionais da pesca e com outros países em todo mundo
- ajudar os sectores da produção, da transformação e da distribuição a obter um **preço justo para os seus produtos** e garantir aos consumidores que podem ter confiança nos produtos da pesca que consomem
- apoiar o desenvolvimento de um **sector da aquicultura dinâmico na UE** (criação de peixe, crustáceos, moluscos e algas)
- financiar a **investigação científica e a recolha de dados científicos** a fim de proporcionar uma base sólida para a tomada de decisões e a elaboração políticas

A Comissão deu início à revisão da Política Comum das Pescas para reforçar a sua eficácia e, assim, assegurar melhor a viabilidade económica das frotas europeias, a conservação das unidades populacionais de peixes, a articulação com a política marítima e o fornecimento de alimentos de qualidade aos consumidores.

CAMPANHA «TOLERÂNCIA ZERO» DA UNIÃO EUROPEIA CONTRA A PESCA ILEGAL

Ao adoptar regras de execução sobre a realização de controlos ao longo da cadeia de comercialização «da rede ao prato», a UE passou a dispor de meios para romper com o passado e estabelecer uma verdadeira cultura do cumprimento que permite acabar com a sobrepesca e tornar as pescas da UE verdadeiramente sustentáveis. O novo sistema garante a rastreabilidade ao longo de toda a cadeia, desde o momento em que o peixe é capturado até ao seu consumo; as autoridades dos Estados-Membros estão em posição de detectar irregularidades em qualquer ponto da cadeia de comercialização e identificar o infractor; as inspecções passam a ser feitas da mesma forma em toda a Europa; os dados coligidos são objecto de controlos cruzados electrónicos. O consumidor saberá, pois, que o peixe que encontra nas lojas foi pescado em condições legais. Estejam onde estiverem e tenham a nacionalidade que tiverem, os infractores serão sujeitos às mesmas sanções severas e, caso sejam repetidamente apanhados a pescar ilegalmente, perderão a licença de pesca graças a um novo sistema de pontos

FONTES:

União Europeia - Assuntos Marítimos e Pescas:

http://europa.eu/pol/fish/index_pt.htm

Correio – Revista de Relações e cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e a EU:

www.acp-eucourier.info

Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU:

http://www.europarl.europa.eu/intcoop/acp/10_01/default_en.htm